

AS RELAÇÕES ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL E AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO NO 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

Queli Rejane da Silva Konzgen¹

Professora do Município de Canguçu
Canguçu, RS, Brasil



Carmen Rejane Flores²

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, RS, Brasil



Giancarla Salamoni³

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Rio Grande, RS, Brasil



Enviado em 18 dez. 2023 | Aceito em 4 out. 2024

Resumo: A agricultura familiar, em muitos casos, acessa políticas públicas e uma que merece destaque é a previdência social rural. Como temática relacionada, apontam-se as dimensões do desenvolvimento territorial: Econômica – Política – Cultural – Natural (E-P-C-N) proposta por Saquet (2005;2011). O objetivo deste artigo é relacionar a política da previdência social rural com as dimensões do desenvolvimento territorial no 1º distrito do município de Canguçu/RS. A investigação constitui-se em pesquisa bibliográfica, elaboração de parâmetros para análise de cada uma das dimensões do desenvolvimento territorial e sistematização de dados primários e secundários. A previdência social rural contribui na formação da renda das famílias rurais e compreende uma importante política de transferência de renda para o município em estudo, ocasionando a manutenção e expansão das atividades no meio urbano. Por fim, constatou-se que as dimensões do desenvolvimento territorial, estudadas no 1º distrito do município de Canguçu, se manifestam de forma heterogênea, pois são produto de processos históricos e relacionais.

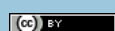
Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Previdência Social Rural; Desenvolvimento Territorial; Canguçu/RS.

THE RELATIONS BETWEEN RURAL SOCIAL SECURITY AND THE DIMENSIONS OF THE TERRITORIAL DEVELOPMENT: A STUDY IN THE FIRST DISTRICT OF THE MUNICIPALITY OF CANGUÇU/RS

Abstract: Family farming, in many cases, accesses public policies and one that deserves to be highlighted is rural social security. As a theme related to the, dimensions of territorial development are indicated: Economic – Political – Cultural – Natural (E-P-C-N) proposed by Saquet (2005; 2011). The main objective of this article is to relate the rural social security policy with the dimensions of territorial development in the first district of the municipality of Canguçu/RS. The investigation consists of bibliographical research, elaboration of parameters of analysis of each one of the dimensions of territorial development and systematization of primary and secondary data. Rural social security contributes to the formation of income for rural families and includes an important income transfer policy for the municipality under study, causing the maintenance and expansion of the activities in the urban environment. Finally, it was found that the dimensions of territorial development, studied in the first district of the municipality of Canguçu, manifest themselves in a heterogeneous way, as they are a product of historical and relational processes.

Keywords: Family Farming; Rural Social Security; Territorial Development; Canguçu/RS.

1. Doutora em Geografia. Professora temporária do município de Canguçu/RS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4634-9182>. E-mail: queliufpel@gmail.com
2. Doutora em Geografia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5879-2042>. E-mail: carmenrejaneffw@gmail.com
3. Doutora em Geografia. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7994-1879>. E-mail: gi.salamoni@yahoo.com.br



LAS RELACIONES ENTRE LA PREVISIÓN SOCIAL RURAL Y LAS DIMENSIONES DEL DESARROLLO TERRITORIAL: UN ESTUDIO EN EL 1º DISTRITO DEL MUNICIPIO DE CANGUÇU/RS

Resumen: La agricultura familiar, en muchos casos, accede a políticas públicas y una que merece destacarse es la previsión social rural. Como temática relacionada, se señalan las dimensiones del desarrollo territorial: Económica – Política – Cultural – Natural (E-P-C-N) propuestas por Saquet (2005; 2011). El objetivo de este artículo es relacionar la política de la previsión social rural con las dimensiones del desarrollo territorial en el 1º distrito del municipio de Canguçu/RS. La investigación se constituye a partir de una revisión bibliográfica, elaboración de parámetros para el análisis de cada una de las dimensiones del desarrollo territorial y sistematización de datos primarios y secundarios. La previsión social rural contribuye en la formación de ingresos de las familias rurales y comprende una importante política de transferencia de ingresos para el municipio en estudio, ocasionando el mantenimiento y expansión de las actividades en el medio urbano. Finalmente, se constató que las dimensiones del desarrollo territorial, estudiadas en el 1º distrito del municipio de Canguçu, se manifiestan de forma heterogénea, ya que son producto de procesos históricos y relacionales.

Palabras Clave: Agricultura Familiar; Previsión Social Rural; Desarrollo Territorial; Canguçu/RS.



Introdução

A agricultura familiar além da produção agrícola (vegetal e animal), em muitos casos, desenvolve atividades não agrícolas e acessa políticas públicas. Uma política que merece destaque é a previdência social rural, pois ela representa a seguridade social e os benefícios da previdência contribuem para a formação da renda das famílias rurais.

Como temática relacionada a previdência social rural, apontam-se as dimensões do desenvolvimento territorial, a saber: Econômica-Política-Cultural-Natural (E-P-C-N), proposta por Saquet (2005; 2011). A problemática de investigação proposta nesta pesquisa tem como área de estudo o município de Canguçu/RS, reconhecido como a Capital Nacional da Agricultura Familiar (Lei Municipal 14.638/23) por possuir um número significativo de pequenas propriedades familiares. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o número de estabelecimentos agropecuários do referido município estava representado por um total de 8.075 estabelecimentos, sendo que 6.691 eram de estabelecimentos da agricultura familiar e 1.384 de estabelecimentos da agricultura patronal.

A presente pesquisa surge a partir das inquietações e das observações pessoais acerca dos impactos da previdência social rural no que diz respeito à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial da área de estudo. O artigo tem como objetivo relacionar a política da previdência social rural com as dimensões do desenvolvimento territorial no 1º distrito do município de Canguçu/RS.

Metodologia

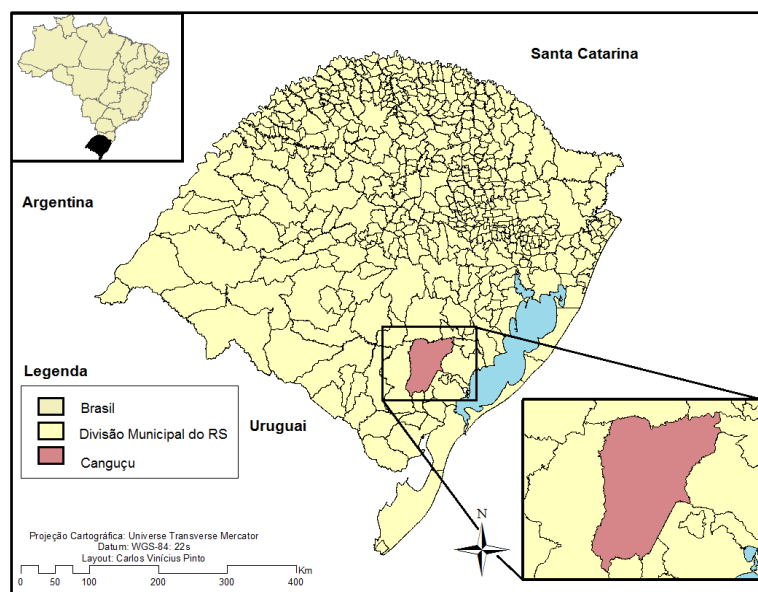
A investigação adota uma abordagem qualitativa, buscando entender os fenômenos na escala local. A pesquisa é uma forma de produzir conhecimento científico, sendo “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, de técnicas e metodologias” (ANDRADE; SCHMIDT, 2015, p. 13).

A primeira etapa do estudo compreendeu a revisão bibliográfica sobre os temas do desenvolvimento territorial, agricultura familiar e previdência social rural. Também foi elaborado parâmetros para a análise de cada uma das dimensões do desenvolvimento territorial, a fim de compreender a realidade estudada.

A segunda etapa englobou a descrição da área de estudo, principalmente através da pesquisa documental. Foi realizada a sistematização de dados secundários, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, a sistematização de dados obtidos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Pelotas, teve a finalidade de identificar o número de beneficiários rurais e urbanos do município de Canguçu.

Canguçu é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul e está localizado na Serra do Sudeste, no Escudo Cristalino sul-riograndense (Mapa 1), fica a aproximadamente 270 Km de distância da capital gaúcha (Porto Alegre). O município em estudo é dividido em cinco distritos e no primeiro está localizada a área urbana e as localidades rurais mais próximas e os outros quatro distritos localizam-se mais distante da sede urbana.

Mapa 1 - Localização do município de Canguçu/RS



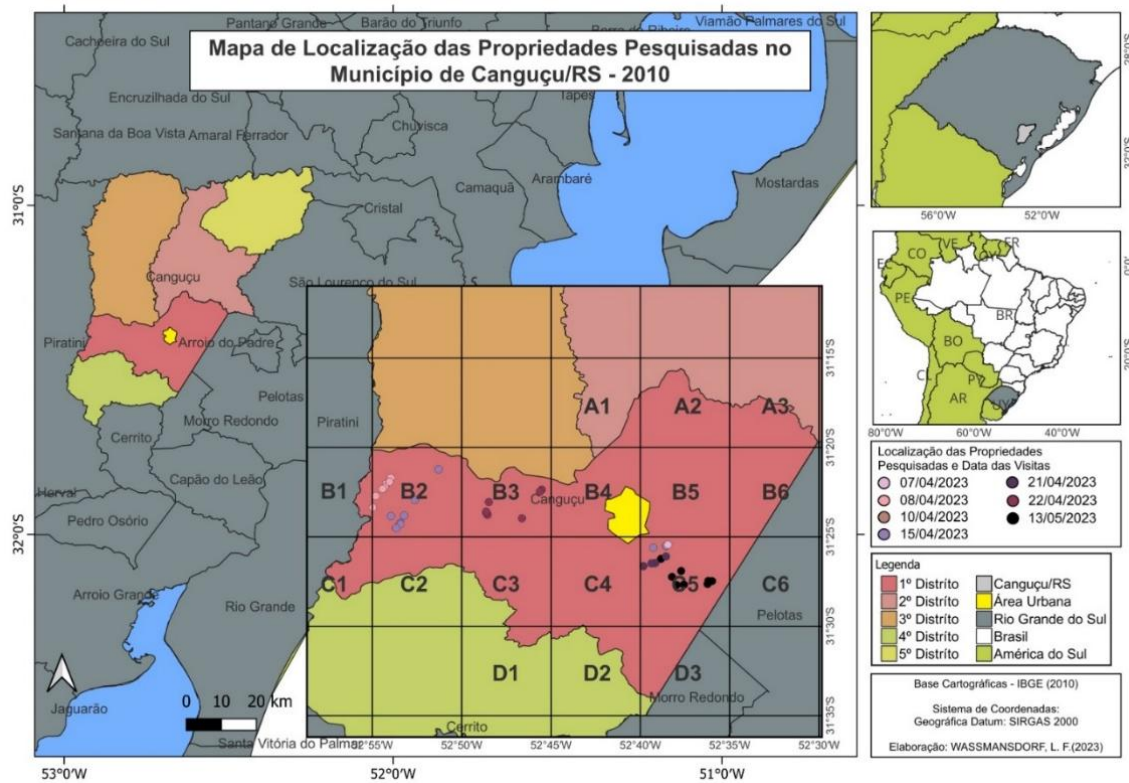
Fonte: Organização das autoras.

A terceira etapa compreendeu o levantamento de dados primários junto aos aposentados e pensionistas da previdência social rural, residentes no 1º distrito do município de Canguçu/RS. Foram pesquisadas propriedades familiares que possuíam pelo menos um aposentado ou pensionista da previdência social rural. A escolha do recorte espacial da pesquisa foi intencional, devido a questões de proximidade e acessibilidade, uma vez que o 1º distrito está localizado mais próximo da sede urbana do município.

Foi adotada a amostragem em unidades espaciais do tipo área. Conforme Gerardi e Silva (1981, p. 12) “há situações em que o levantamento completo é inviável, senão impossível, devido a restrições de custo, tempo, material, mão de obra etc., o que nos leva a adotar a amostragem como solução”.

De acordo com Troleis *et al.* (2015), quando se utiliza a amostragem em escala espacial, um dos elementos que pode ser usado é a quadrícula, que compreende o recorte para a definição dos pontos amostrais, sendo que os pontos situados no interior da quadrícula farão parte da amostra coletada. A soma dos pontos existentes nas quadrículas, constituirá o tamanho da amostra no recorte espacial estudado. A seguir, o mapa do 1º distrito do município de Canguçu dividido em quadrículas de área e a localização de cada propriedade estudada (Mapa 2).

Mapa 2 - Localização das propriedades estudadas



Fonte: Organização das autoras.

A escolha das quadrículas ocorreu de forma dirigida, em três categorias conforme a distância da sede urbana do município de Canguçu. No Quadro 1, constam as categorias, as quadrículas, as respectivas localidades pesquisadas, a variação de distância em quilômetros dos quadrantes até o centro de Canguçu e o número de entrevistas por localidade.

Quadro 1 - Quadrantes e respectivas localidades pesquisadas, variação de distância até o centro de Canguçu e número de entrevistas por localidade

Quadrantes	Localidades	Variação de distância em Km dos quadrantes até o centro urbano de Canguçu	Nº de entrevistas por localidade
Quadrante distante – B2	Santa Clara	27 Km à 38 Km	07
	Remanso		07
Quadrante intermediário – B3	Coxilha dos Cavalheiros	12 Km à 22 Km	04
	Coxilha dos Cunha		04
Quadrante próximo – C5	Glória	5 Km à 14 Km	12
	Coxilha dos Campos		03
	TOTAL		37

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Foram entrevistados um total de trinta e sete aposentados ou pensionistas da previdência social rural que residem no 1º distrito do município de Canguçu, durante os meses de abril e maio de 2023, por meio da técnica de amostragem “bola de neve”, amostra do tipo não probabilística.

Para o início da pesquisa empírica os informantes-chaves⁴ foram escolhidos de forma arbitrária, entre pessoas com proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, que residem nas quadículas escolhidas do 1º distrito de Canguçu. Após a realização da pesquisa com os informantes-chaves, estes deveriam indicar contatos para continuar o desenvolvimento do trabalho de campo. As pessoas indicadas pelos informantes-chaves indicaram novos contatos, até a amostragem se tornar saturada, ou seja, as novas entrevistas não acrescentarem novas informações a pesquisa.

Para realização das entrevistas com os aposentados e pensionistas da previdência social rural foi utilizada o tipo de roteiro por pautas. Ainda com relação às técnicas de coleta de dados no contexto empírico, utilizou-se a observação, o diário de campo e a verificação das coordenadas geográficas das sedes das propriedades, para a elaboração do mapa de localização georreferenciada.

A quarta etapa compreendeu a aplicação de entrevista por pautas com dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu e com um representante do Sindicato do Comércio Varejista de Canguçu – Sindilojas Canguçu, durante o mês de setembro de 2023. Com a finalidade de compreender a importância da previdência social rural quanto ao fortalecimento da agricultura familiar, bem como, ao desenvolvimento principalmente das atividades existentes no espaço urbano do município.

Na quinta etapa da pesquisa, os dados primários coletados nas entrevistas foram transcritos conforme a fala dos entrevistados. Tabulados e organizados na forma de textos, tabelas, quadros, gráficos, mapas, entre outros. Com isso, foi feita a análise e interpretação das falas dos entrevistados e a relação com a literatura adotada para gerar o resultado da pesquisa e, conseqüentemente, a produção de conhecimento.

Quanto à técnica de análise e tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, do tipo análise categorial. Conforme Bardin (2011), a análise categorial é a mais antiga e a mais usada e funciona através da separação do texto em categorias. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Bardin, 2011, p. 24).

Revisão teórica

No Brasil, a concepção de desenvolvimento territorial ganha maior expressão na década de 1990, devido à crise econômica, as reformas liberalizantes e o intenso processo de desregulamentação da economia e, conseqüentemente, a redução da participação do Estado na proposição de políticas públicas de cunho social. Para contrapor o paradigma desenvolvimentista hegemônico, em curso na década de 1990, a noção de desenvolvimento territorial passa a privilegiar as dinâmicas presentes nos territórios locais, a partir de atributos econômicos, sociais, políticos e culturais presentes nos lugares (Ortega, 2007).

Segundo Pires (2007), o processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas públicas, forma o que o autor chama de desenvolvimento territorial. Este pode ser entendido como um “processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região” (Pires, 2007, p. 75).

⁴ Segundo Vinuto (2014) para o começo da prática da amostragem em bola de neve é necessário localizar pessoas com o perfil indispensável para a pesquisa, sendo estas, chamadas de informantes-chaves.

Para Santos (1999):

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (Santos, 1999, p. 7).

De acordo com Fernandes (2009), o significado de território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde distintos sujeitos, instituições e relações. O autor destaca a relação existente entre os territórios como espaço de governança e como propriedade. Esta relação ocorre através das políticas de desenvolvimento, isto significa, quem determina a política define a organização do território.

O território apresenta diferentes dimensões que repercutem no desenvolvimento territorial e Saquet (2005) afirma:

Cada lugar tem seu tempo e seus tempos, suas universalidades e singularidades e, cada tempo, o seu lugar e lugares, materializando-se diferentemente em razão das determinações sociais [economia, política e cultura (E-P-C)], intimamente ligadas à dinâmica da natureza exterior ao homem (E-P-C-N) (Saquet, 2005, p. 13892).

As dimensões do território: Econômica-Política- Cultural-Natural (E-P-C-N) de Saquet (2005; 2011), foram adotadas como categorias operacionais nesse trabalho e exigem, notoriamente, parâmetros adequados para a compreensão e análise da realidade pesquisada, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões do desenvolvimento territorial e seus respectivos parâmetros de análise

Dimensões	Parâmetros
Econômica	Participação na renda familiar; Financiamento das atividades produtivas; Aquisição de bens duráveis e não duráveis; Poupança familiar; Aquisição de terras; Permanência das famílias no rural; Investimento em saúde e educação; Manutenção e expansão das atividades urbanas.
Política	Autonomia feminina; Papel e atuação das instituições governamentais e não governamentais na mediação em relação ao acesso aos benefícios; Participação em sindicato, associação ou cooperativa.
Cultural	Lazer; Vínculo comunitário; Impactos na produção para o autoconsumo e no repertório alimentar das famílias.
Natural/Ambiental	Uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos; Produção agroecológica; Recuperação dos ambientes degradados; Saneamento básico.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Atualmente, a abordagem do desenvolvimento territorial não engloba apenas o crescimento econômico, mas está integrado às dimensões sociais (econômica, política, cultural) e ambiental. O desenvolvimento só ocorre, segundo Sachs (1993), quando todas as dimensões se dão num processo simultâneo.

Referente à categoria agricultura familiar, este trabalho defende a concepção apresentada nos trabalhos da Wanderley, ou seja, uma abordagem de cunho social. Wanderley (1996) considera que a agricultura familiar não é apenas um ator social recentemente criado pelo Estado brasileiro, mas possui raízes históricas do campesinato, evidenciada nas heranças agrárias, nas tradições agrícolas, nas formas de sociabilidade e parentesco e na organização interna das unidades produtivas, na qual o trabalho familiar ocupa um lugar de centralidade.

A agricultura familiar não pode ser desconectada do percurso das políticas públicas e da intervenção do Estado (Niederle; Fialho; Conterato, 2014). A sustentação das políticas públicas direcionadas para o espaço rural e para a agricultura familiar, a concepção de desenvolvimento territorial e a atuação do Estado é de suma importância para que ocorra esse tipo de desenvolvimento.

Diante do exposto, o conceito de agricultura familiar está interligado ao conceito de desenvolvimento, pois pode orientar os rumos das políticas públicas com uma visão integradora da realidade, conectando sujeitos, ações e projetos ao território. Um exemplo de política pública promotora do desenvolvimento territorial é a previdência social rural.

De acordo com Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), com o objetivo de fazer com que os serviços previdenciários chegassem realmente aos trabalhadores rurais, criou-se no ano de 1969, o Plano Básico da Previdência Social. Inicialmente, amparava os trabalhadores rurais da agroindústria canaveira, através de contribuições de empregados e empregadores.

Os objetivos do Plano Básico da Previdência Social não foram atingidos de forma satisfatória, com isso, em 1971, a Lei Complementar 11 extinguiu o plano e criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), sendo o FUNRURAL responsável pela execução do programa (Beltrão; Oliveira; Pinheiro, 2000).

Baseado na Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971 (BRASIL, 1971), o PRORURAL consistia na prestação dos seguintes benefícios: aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde; serviço social. A citada Lei estabeleceu que a aposentadoria por velhice correspondesse a uma prestação mensal equivalente a 50% do salário-mínimo, ao trabalhador rural que tivesse completado 65 anos de idade. Não seria devida à aposentadoria a mais de um membro da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao chefe da família (BRASIL, 1971).

Segundo Brumer (2002), no início da década de 1980, as organizações sindicais passaram a incluir nas reivindicações a extensão da aposentadoria às trabalhadoras rurais e a mobilização das mulheres foram vistas como uma estratégia política.

A constituição de 1988 (BRASIL, 1988) instituiu novos parâmetros previdenciários para os trabalhadores rurais. No ano de 1992 inicia-se o regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural, previsto na Constituição de 1988. Para Delgado e Cardoso Júnior (1999) as principais mudanças com a universalização do direito ao acesso previdenciário foram as seguintes:

- a) equiparação de condições de acesso para homens e mulheres (o antigo regime era específico para o cabeça do casal); b) redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres); e c) estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo (o regime anterior estabelecia teto em meio salário mínimo para o público do Funrural e pensões limitadas a 30% do benefício principal) (Delgado; Cardoso Jr., 1999, p. 1).

A idade diferenciada e com menor tempo de contribuição para o direito à aposentadoria referente à questão de gênero, ocorre pelo fato de a previdência considerar a dupla jornada de

trabalho da mulher, como o seu envolvimento na produção, nas atividades domésticas e no cuidado da família (CONTAG, 2016).

Recentemente, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, que modificou o sistema de previdência social, estabeleceu regras de transição e disposição transitórias e outras providências, elaborada pelo Ex-Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes. O texto da proposta direcionada a previdência social rural não foi aprovada, mas vale destacar o que foi proposto: Tanto homens quanto mulheres teriam o direito ao benefício rural com 60 anos de idade e o tempo mínimo de atividade rural comprovada passaria de 15 anos para 20 anos, para ambos os sexos; A proposta estipulava o valor mínimo anual de contribuição previdenciária do grupo familiar de R\$ 600,00. Não havendo comercialização da produção rural durante o ano civil, ou sendo insuficiente para atingir o valor mínimo, o segurado deveria realizar o recolhimento da contribuição pelo valor mínimo ou a complementação necessária até o dia 30 de junho do exercício seguinte.

Percebe-se que a parte da PEC 06/2019 direcionada a previdência social rural, apresentou fragilidades, como a questão da igualdade da idade mínima para a aposentadoria entre homens e mulheres, o que acabaria desconsiderando a dupla jornada realizada pela mulher. Com relação a contribuição mínima, muitos agricultores não teriam condições de contribuir anualmente, já que dependem das safras e estas, sofre influência do mercado e das condições climáticas, o que implicaria na dificuldade de acesso a essa política. E, caso a proposta tivesse sido aprovada, iria afetar diretamente a população do meio rural e a própria economia local.

Contudo, a previdência social rural é um dos principais direitos sociais alcançados pelos agricultores e agricultoras e uma das mais efetivas políticas públicas existentes no espaço rural do Brasil. Vale destacar, que a referida política pública é resultado de uma intensa luta do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A previdência social rural tem um papel significativo no cenário social e econômico das famílias rurais e na economia principalmente dos pequenos municípios.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população total do município de Canguçu era de 49.680 habitantes e segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Pelotas, o município de Canguçu possuía no mês de outubro de 2022, 17.421 beneficiários, deste total, 12.415 eram rurais e o restante urbano. Considerando o número de beneficiários rurais do mês de outubro de 2022 e levando em conta que cada um recebe um salário mínimo (valor do salário mínimo em 2022 era de R\$ 1.212,00), constata-se que apenas no mês de outubro de 2022 mais de 15 milhões de reais giraram no município. Cabe destacar, que alguns beneficiários rurais gastam o recurso em cidades vizinhas.

A Secretaria Municipal da Fazenda de Canguçu informou que o repasse de verbas da União para o município, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no ano de 2022, foi de R\$ 42.044.528,25. Considerando o número de beneficiários rurais de Canguçu, constata-se que durante o ano de 2022, foi transferido para o município de Canguçu, um total de R\$ 195.610.740,00. Verifica-se na área de estudo, que o valor dos benefícios rurais é superior ao repasse do FPM, a porcentagem de diferença entre os dois valores é de 365%. Com isso, nota-se os impactos econômicos e sociais da previdência social rural no município de Canguçu.

Percebe-se a presença do Estado na valorização da agricultura familiar e no desenvolvimento territorial, através do direito da previdência social rural, sendo esta uma das políticas públicas promotora do fortalecimento dessa categoria. Também é uma importante política de transferência de renda para a área de estudo, ocasionando a manutenção das atividades do meio urbano, como,

por exemplo, o comércio é aquecido especialmente entre os dias 10 e 25 de cada mês, período este, em que ocorre o pagamento dos benefícios rurais.

Vale destacar, que uma modalidade de crédito muito acessada pelos aposentados e pensionistas rurais do município de Canguçu é o empréstimo consignado, em que as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento. Quanto aos empréstimos consignados, buscou-se informações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Pelotas e observa-se na Tabela 1, um total de 3.010 empréstimos consignados realizados em benefícios da previdência social rural do município de Canguçu. Se considerarmos, o número total de benefícios rurais mantidos, temos aproximadamente, 25% dos benefícios rurais com empréstimo consignado.

Tabela 1 - Número de empréstimos consignados do município de Canguçu (novembro de 2023)

Espécie	Número de consignados
Aposentadoria por Idade – Empregador Rural	3
Aposentadoria por Invalidez – Trabalhador Rural	419
Aposentadoria por Velhice – Trabalhador Rural	148
Pensão por morte Acidentária – Trabalhador Rural	24
Pensão por Morte de Empregador Rural	7
Pensão por Morte de Trabalhador Rural	2.409
TOTAL	3.010

Fonte: INSS (Agência Pelotas), 2023.

Observa-se na Tabela 1 que os beneficiários rurais que recebem pensão por morte são os mais endividados, sendo a maioria viúvas. Visto que, com a morte do marido, ocorre uma redução da mão de obra e falta de recursos, com isso, as pensionistas rurais acabam realizando empréstimos consignados para adquirirem bens, mas muitas das vezes para a compra de alimentos e medicamentos.

A previdência social rural e as dimensões do desenvolvimento territorial: o caso do 1º distrito do município de Canguçu/RS

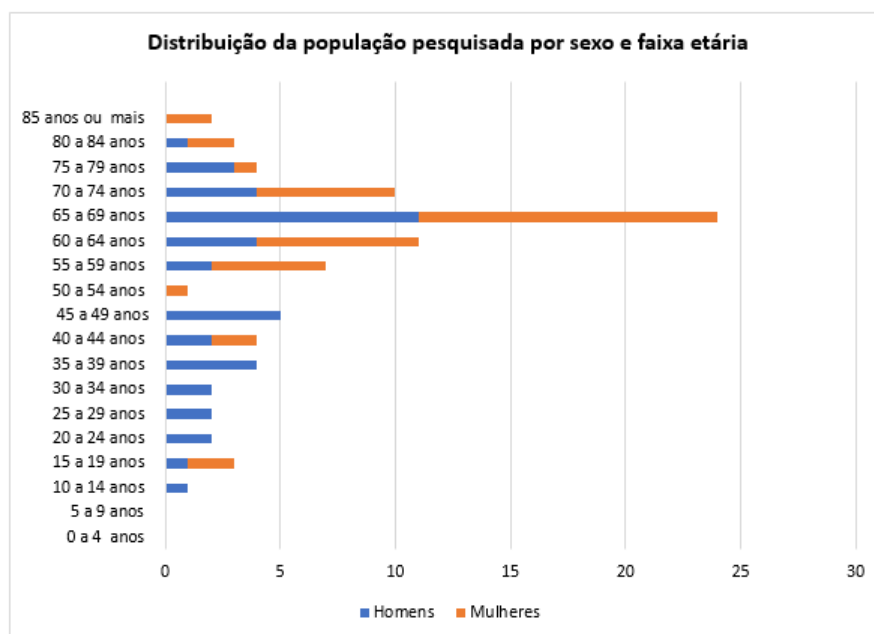
Quanto ao sexo dos entrevistados, onze eram do sexo masculino e vinte e seis do sexo feminino. Considerando os membros da família de cada entrevistado, foi identificado um total de oitenta e cinco pessoas. Também foi constatado o universo de cinquenta e oito aposentadorias rurais e treze pensões.

A Figura 3, trata sobre a distribuição da população pesquisada e dos seus familiares por sexo e faixa etária e revela que 63% da população é idosa, com destaque para o sexo feminino. Conforme Sacco dos Anjos e Caldas (2005), o processo de envelhecimento da população do campo ocorre de forma intensa, isso, devido ao aumento da expectativa de vida e ao declínio da taxa de fecundidade.

Ainda, observa-se na Figura 3, quanto à População Economicamente Ativa (PEA), o predomínio masculino. Conforme Brumer e Anjos (2008), os altos índices migratórios dos jovens (entre eles de mulheres) do meio rural em direção às cidades, acaba causando o envelhecimento e a

masculinização rural⁵. Esse processo migratório também gera segundo os autores, problemas ligados à sucessão familiar. Isso, pela dificuldade em achar o sucessor entre os filhos dos proprietários ou pelas divergências entre os herdeiros do patrimônio familiar.

Figura 3 - Distribuição da população pesquisada por sexo e faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Notou-se que a previdência social rural é a política pública que se destaca no recorte espacial, pois, dos trinta e sete entrevistados, trinta e três não acessam nenhum outro tipo de política pública e quatro entrevistados além da previdência social rural, acessam outras políticas públicas, como PRONAF – Investimento. As linhas de crédito acessadas são as seguintes: Pronaf Mais Alimentos (financiamento de trator), Pronaf ABC + Bioeconomia (financiamento de energia renovável – placas solares).

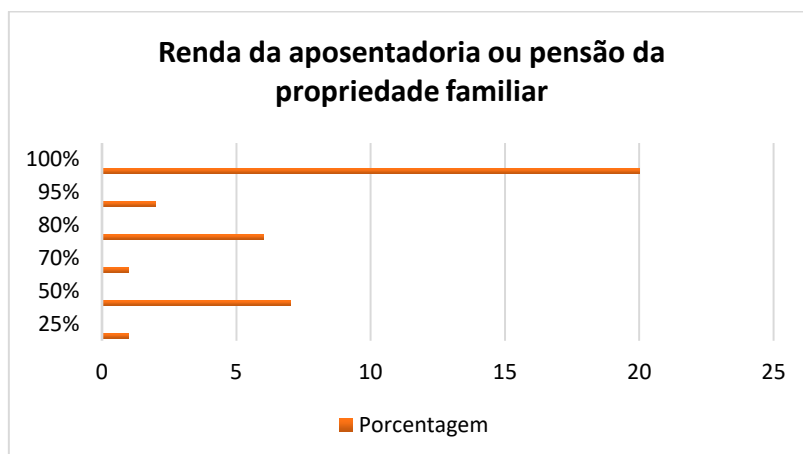
A seguir, os resultados da pesquisa empírica considerando as dimensões de análise - Econômica-Política- Cultural-Natural (E-P-C-N) segundo a proposta de Saquet (2005; 2011) e seus respectivos parâmetros elaborados para a análise e compreensão da realidade estudada.

Dimensão Econômica

Os beneficiários rurais quando questionados o que representa em porcentagem a renda do benefício rural (Figura 4) se comparada com outras fontes de renda da propriedade familiar, vinte entrevistados relataram que a aposentadoria ou pensão representa 100% da renda da propriedade familiar. Percebe-se que os benefícios rurais (renda de transferência social) contribuem significativamente na renda das famílias estudadas e possuem uma maior importância econômica se comparada a renda de produtos agrícolas ou da pecuária.

⁵ Cuando hablamos de masculinización rural nos referimos a un desequilibrio demográfico que se concreta en un déficit de mujeres respecto a la proporción que naturalmente debiera existir entre los dos sexos o razón biológica (CAMARERO, et al., 2009, p. 50).

Figura 4 - Porcentagem da renda do benefício rural comparada com outras fontes de renda da propriedade familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os beneficiários rurais ao serem questionados com quais itens mais gastam o benefício, o item mais citado foi a alimentação, seguida de gastos com a saúde, agricultura, vestuário, eletrodoméstico e móveis, como pode ser percebido na Figura 5, baseado no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade).

Figura 5 - Itens que mais gastam o benefício rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os entrevistados utilizam grande parte do dinheiro do benefício na alimentação. O segundo item que mais gastam o dinheiro do benefício é na saúde, seja na compra de medicamentos, pagamento de exames laboratoriais, exames de imagem, consultas com médicos particulares, plano de saúde e cirurgias. O benefício rural é muito utilizado no pagamento de serviços de saúde, pois se não tivesse acesso a essa política pública teriam que realizar outras alternativas para adquirir o recurso para o pagamento dos serviços, como a comercialização de animais.

O terceiro item mais citado no que se refere ao gasto do benefício rural, compreende os investimentos na atividade agrícola. Os entrevistados que seguem produzindo para o autoconsumo ou para a comercialização informaram que parte do valor do benefício rural é investido na produção. Vale ressaltar, que do total de entrevistados, oito não aplicam nenhum valor do benefício na produção por não estarem produzindo nenhum tipo de produto agrícola (vegetal ou animal).

Nota-se que os benefícios rurais são investidos na atividade agrícola, como na compra de insumos agrícolas, compra de combustíveis, pagamento do financiamento de máquinas agrícolas,

como trator, e na aquisição de terras. Também o recurso da previdência contribui na manutenção e na melhoria da produção para o autoconsumo ou destinada a comercialização.

Delgado e Cardoso Jr. (2000) destacam que o benefício rural funciona como um seguro agrícola de forma indireta “porque garante a subsistência familiar e até permite financiar sua pequena produção, ainda que não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico” (Delgado; Cardoso Jr., 2000, p. 28). Os benefícios rurais são como um seguro agrícola, pois o recurso previdenciário colabora na renda familiar e no desenvolvimento da atividade agrícola e, conseqüentemente, no fortalecimento da agricultura familiar (Delgado; Cardoso Jr., 2000).

Ainda, quanto aos gastos do benefício rural na área de estudo, o vestuário foi o quarto mais citado, eletrodoméstico ficou em quinto na ordem de gasto e por último os móveis. Sendo estes dois últimos itens, pouco citados pelos entrevistados, pois a compra de um eletrodoméstico ou móvel ocorre apenas quando o mesmo deve ser substituído, não é algo que adquirem todo o mês se comparado aos itens da alimentação, medicamentos e produtos que investem na agropecuária.

O representante do Sindicato do Comércio Varejista de Canguçu (Sindilojas) informou durante a entrevista que benefícios rurais ocasionam a expansão das atividades urbanas de Canguçu, ressaltou que as referidas atividades são impactadas de forma positiva com a inserção de recursos financeiros oriundos da aposentadoria rural.

Os tipos de comércio e serviços mais procurados pelos beneficiários rurais no meio urbano de Canguçu são os seguintes:

Estima-se que o comércio varejista de gêneros alimentícios é responsável pela absorção de aproximadamente 50% dos recursos financeiros líquidos das aposentadorias rurais seguido, pela ordem, pelo comércio de medicamentos, pelo segmento do comércio de insumos agrícolas, consumo de combustíveis, construção civil, comércio varejista de artigos do vestuário e calçados (Fala do representante do Sindicato dos Lojistas de Canguçu, 2023).

Segundo o representante do Sindilojas-Canguçu, cerca de 40% do valor do benefício rural é gasto no comércio local de Canguçu e 20% do benefício rural são destinados a compras em outros locais.

Estudos realizados nos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral do Rio Grande do Sul por Bitencourt e Dalto (2019) enfatizam que a movimentação dos recursos dos benefícios rurais mediada pela população idosa:

[...] favorece o comércio, aumentando o emprego e a estabilidade econômica dos municípios. Como a maior parte desta renda é gasta em bens para própria subsistência, o impacto se dá frente à desigualdade de renda, na qual uma transferência de recursos, por mais neutra que seja, atua significativamente reduzindo a pobreza (Bitencourt; Dalto, 2019, p. 134).

Cinco dos entrevistados relataram que investem o benefício em educação, ou seja, no auxílio financeiro para as filhas se manterem no mestrado, no doutorado, bem como, ajuda financeira para a neta permanecer no ensino médio e a mensalidade da faculdade para a filha e neta.

Dos trinta e sete entrevistados, trinta e quatro possuem a conta poupança e explicaram que o dinheiro que sobra é destinado para a referida conta. O recurso depositado na poupança na maioria das vezes é para uso de alguma emergência, ligado principalmente a saúde, como pagamento de consultas médicas, exames, cirurgias e internações hospitalares.

Alguns dos entrevistados relataram que deixam parte do recurso na poupança com o objetivo de comprar terras – *“Deixo o dinheiro da aposentadoria na poupança e esses dias comprei umas terras e duas hectares foi com o dinheiro que tinha na poupança”* – relato do marido da Aposentada 23.

Também para o pagamento do financiamento do trator - *“Tenho conta poupança e deixo tudo lá”. Dinheiro é usado para pagar o financiamento do trator*” – relato da Aposentada 17.

Do total de beneficiários rurais entrevistados, quatro possuem empréstimo consignado e outros dois explicaram que já fizeram, mas lamentaram a decisão, como pode ser percebido na fala do Aposentado 20 - *“Fiz uma vez, mas aquilo saiu uma careza”*. Nota-se que o empréstimo consignado feito pelos entrevistados foi utilizado para o pagamento de serviços de saúde, como internação hospitalar e cirurgia e para ajudar parentes.

Um estudo realizado por Santos e Ferreira (2019) no município de Uberlândia/MG sobre o impacto do crédito consignado sobre o orçamento do idoso, revela que os idosos não têm a percepção de que eles estão endividados, por mais que afirmem terem feito redução no orçamento a partir do momento em que contrataram o crédito e que sua renda esteja comprometida.

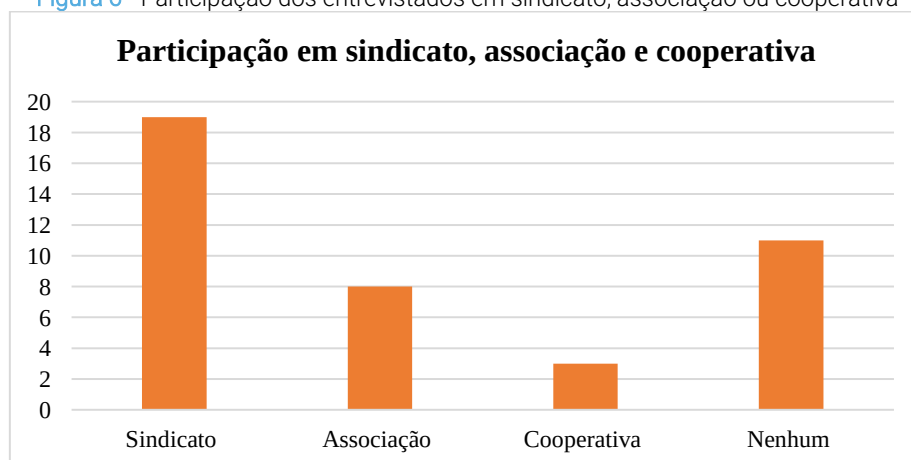
Dimensão Política

As mulheres entrevistadas relataram que o direito ao benefício rural proporciona uma maior autonomia financeira como pode ser notado na fala da Aposentada 6: *Antes de ter o benefício não tinha o poder de decisão, melhorou muito depois que me aposentei. Eu quero comprar uma coisa, eu sei que tenho o meu salário*. Também da Aposentada 23: *“Esse é o único dinheiro que o meu marido não pega um pila”*.

Conforme Brumer (2002), o benefício rural representa um valor simbólico para as mulheres, pois o fato de passarem a ter uma conta, um cartão bancário e receberem o benefício em seu nome proporciona as mulheres o poder pessoal de decidir como o dinheiro será gasto.

Sobre a participação dos entrevistados em alguma instituição, podemos observar na Figura 6 que dezenove beneficiários rurais participam do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu e os motivos de serem associados desta instituição estão ligados ao uso de alguns serviços oferecidos pelo sindicato, com destaque: consultas médicas, consultas odontológicas, descontos em exames e consultas em médicos particulares, Programa “Troca-Troca” de Sementes, encaminhamento do PRONAF, aquisição de produtos na loja do sindicato, entre outros.

Figura 6 - Participação dos entrevistados em sindicato, associação ou cooperativa



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Também se observa na Figura 6, oito dos entrevistados fazem parte de associações e os beneficiários rurais pesquisados relataram que participam das associações comunitárias por causa das palestras, cursos oferecidos voltados à agropecuária e agroindústria familiar e devido a produção e viabilidade da comercialização de produtos agroecológicos.

Quanto ao cooperativismo na área de estudo, três entrevistados participam da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR) ou do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI). Sendo o primeiro pelo fato da produção e comercialização do leite e o segundo devido os serviços oferecidos pela agência, bem como, por receber o benefício rural nesta cooperativa. Ainda segundo informações da Figura 6, onze dos entrevistados declararam que não participam de nenhuma instituição no momento.

Os entrevistados foram questionados sobre a instituição que encaminhou o benefício rural, onde constatou-se que 70% dos entrevistados encaminharam o benefício direto no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já o restante (30%) encaminhou o benefício rural no setor previdenciário do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu. Conforme entrevista aplicada com a representante da referida instituição, o sindicato possui o setor previdenciário e oferece aos seus associados o encaminhamento da aposentadoria, salário maternidade, pensão, auxílio por incapacidade temporária, bem como, serviços menores como a emissão de uma certidão ou extrato bancário.

A representante do setor previdenciário ressaltou que os direitos aos benefícios rurais é uma conquista da luta sindical, mas é necessário lutar diariamente para que ela prevaleça. Segundo Brumer (2002), a atuação dos sindicatos rurais tem o compromisso com a previdência social rural junto aos agricultores e constituem-se frente às lutas para a manutenção dos direitos conquistados e na ampliação e busca de novos direitos relacionados à seguridade social dos trabalhadores rurais.

Quanto a última reforma da previdência (PEC 06/2019), do total de entrevistados, trinta e um acompanharam a referida proposta e consideraram a mesma como algo negativo, como pode-se perceber em algumas falas no Quadro 3.

Quadro 3 - Falas dos entrevistados sobre a proposta da reforma da previdência

Entrevistado (a)	Fala
Aposentado 3	"Acompanhei. Achei que ia dar zebra, já estava quase me aposentando. Iria ser muito ruim para a agricultura se fosse aprovado. Desde moleque a gente trabalha na lavoura e para a mulher mesmo, com 60 anos também seria ruim".
Aposentada 6	"Vi alguma coisa sobre a reforma da previdência. Se mudasse ia ser bem ruim. A gente trabalha na lavoura e com 55 anos estamos liquidadas".
Aposentada 22	"Nós acompanhamos. Os sindicatos se meteram muito e não conseguiram mexer na idade. Aquela vez acho que o sindicato pegou um abaixo-assinado. Acho ruim, porque quando estamos com 55 anos já estamos doente".

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Caso a proposta da reforma tivesse sido aprovada, segundo a CONTAG (2019), ocorreria a exclusão de inúmeros trabalhadores rurais da proteção da previdência em razão das dificuldades em acessar os benefícios rurais. Bem como, afetaria a economia dos municípios, diminuiria o consumo, comprometeria a segurança alimentar da população brasileira, pois os recursos dos benefícios rurais contribuem para que as famílias permaneçam no campo produzindo alimentos (CONTAG, 2019).

Dimensão Cultural

O benefício rural também é utilizado em atividades de lazer entre os vinte e dois, do total de entrevistados. Principalmente, utilizam o recurso da aposentadoria ou pensão em atividades de lazer, como: festas de comunidades religiosas, jogos de futebol, viagens para visitar os familiares e festas particulares.

Quando questionados se possuem vínculo comunitário em igreja, trinta e três dos entrevistados responderam que possuem, sendo doze (32%) frequentam igreja da religião católica, vinte e um (57%) possuem vínculo em igreja da religião protestante e quatro (11%) responderam que não possuem vínculo em comunidade religiosa.

Referente as mudanças alimentares das famílias estudadas, após passarem a ter o direito ao benefício da previdência social rural, constata-se que vinte (54%) dos entrevistados responderam que a alimentação mudou já que passaram a comprar mais alimentos industrializados no mercado com o recurso do benefício rural, como percebe-se na fala da Aposentada 32: *“A gente conseguiu até comprar mais, antes de receber a aposentadoria a gente não tinha dinheiro para comprar”*.

Os entrevistados explicaram que além de adquirirem os alimentos que não conseguem produzir na propriedade, como: arroz, massa, farinha, açúcar, erva mate, café, sal, banana, entre outros e alguns industrializados que já consumiam, como mortadela e refrigerante, também passaram a comprar no mercado, principalmente carnes de aves, suínos e bovinos, além de batata, óleo de soja, conservas, enlatados, biscoitos, etc.

A alimentação não mudou para dezessete (46%) entrevistados, visto que, continuam adquirindo no mercado os alimentos que não conseguem produzir na propriedade familiar, como arroz, massa, farinha, açúcar, erva mate, café, sal, etc. Também revelaram que mesmo antes de terem o direito ao benefício rural já consumiam produtos industrializados, com destaque: refrigerante e mortadela. A compra de carne de galinha, suína ou bovina ocorre quando a produção na propriedade é insuficiente.

Ao passarem a ter o direito ao benefício rural poderia ser o momento de ocorrer mudanças alimentares de forma positiva, com o consumo de alimentos naturais produzidos na unidade familiar. Porém, observa-se que uma parte dos entrevistados tiveram alterações na alimentação, passando a consumir mais produtos industrializados que são adquiridos com recurso do benefício rural, modificando assim, o padrão de compra de alimentos. A outra parte dos entrevistados não mudaram seus hábitos alimentares, pois seguem produzindo os mesmos produtos na propriedade e comprando o restante no mercado.

Grisa (2008) expõe que o consumo de alimentos comprados no mercado são portadores de risco em razão de não saber como os alimentos foram produzidos, processados e armazenados. As famílias ao produzirem para o autoconsumo⁶, sabem o que estão consumindo e como ocorreu todo o processo de produção do alimento. Geralmente, na produção para o autoconsumo evita-se o uso de agrotóxicos que sejam capazes de causar riscos.

Conforme Wedig e Menasche (2008, p. 71) “algumas transformações vêm sendo identificadas nas práticas alimentares das famílias, principalmente no que se refere à presença cada vez maior de alimentos industrializados”. As autoras identificaram no Vale do Taquari, que a renda da aposentadoria rural proporciona a aquisição de alimentos no mercado (Wedig; Menasche, 2008).

⁶ “A produção para autoconsumo diz respeito a uma prática tradicional às unidades familiares de produção. Trata-se da produção de alimentos realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo” (GRISA, 2008, p. 172).

Dimensão Natural/Ambiental

A produção de forma agroecológica ocorre em uma das propriedades pesquisadas. Esse tipo de produção é desenvolvido na propriedade muito antes da Aposentada 17 ter o direito ao benefício rural. Os demais entrevistados destacaram que não utilizam agrotóxicos na produção para o autoconsumo.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), o modelo atual de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável, devido a dependência de recursos não renováveis. O referido modelo de agricultura é responsável pelo aumento dos problemas ambientais, bem como, das desigualdades sociais e econômicas no meio rural. Os autores citados destacam a necessidade de um novo enfoque de desenvolvimento local que considere a realidade dos agroecossistemas.

Além da existência da vegetação nativa nas propriedades familiares estudadas, dezessete entrevistados relataram que plantaram acácia ou eucalipto, com a finalidade de posteriormente consumir a lenha na secagem do tabaco. Para a compra das mudas, utilizaram o recurso da atividade agrícola e apenas um aposentado relatou que utilizou recurso da aposentadoria para adquirir as mudas de eucalipto. Dois aposentados destacaram que ao passarem a receber o benefício rural, adquiriram mudas de árvores frutíferas, com destaque mudas de laranjeira e bergamoteira. E dezoito dos entrevistados não realizaram nenhum tipo de reflorestamento na propriedade familiar.

Sobre o saneamento básico os entrevistados foram questionados da existência do sistema de esgotamento sanitário. Vinte e quatro dos entrevistados relataram que a fossa do banheiro foi construída antes do benefício rural, nove dos entrevistados construíram a fossa séptica do vaso sanitário após passar a ter o direito à aposentadoria ou pensão e utilizaram o recurso do benefício rural para a referida construção. E quatro dos entrevistados revelaram que o banheiro não possui a fossa séptica.

A partir do que foi identificado no campo empírico considerando cada uma das dimensões de análise – Econômica-Política-Cultural-Natural (E-P-C-N) proposto por Saquet (2005; 2011), verificou-se que as dimensões do desenvolvimento territorial estudadas no município de Canguçu não ocorrem num processo simultâneo, como é defendido por Sachs (1993).

Considerações finais

A concepção de desenvolvimento territorial não é discutida apenas no meio acadêmico, mas é a base das políticas públicas direcionadas, por exemplo, ao espaço rural e a agricultura familiar. O referido desenvolvimento não contempla somente o crescimento econômico, de caráter quantitativo, de determinado território, ainda as dimensões sociais (econômica, política, cultural) e ambiental. Para que o desenvolvimento territorial contemple todas estas dimensões é necessário pensar sob a perspectiva da indissociabilidade do rural e do urbano, no que tange aos processos, dinâmicas e relações.

Sobre a dimensão econômica é perceptível que os recursos dos benefícios rurais possuem um impacto significativo na renda dos entrevistados e de suas famílias e engloba uma maior importância econômica se comparada a renda de produtos agrícolas ou da pecuária.

Parte significativa dos recursos previdenciários rurais são gastos no comércio do meio urbano de Canguçu, contribuindo assim, na manutenção e até mesmo na ampliação do número de estabelecimentos comerciais e gerando empregos. Com isso, ocorre o desenvolvimento econômico não apenas do espaço rural, mas inclusive do espaço urbano de Canguçu.

Muitos dos sujeitos estudados mesmo ao passarem a ter o direito a previdência social rural, estão envolvidos nas atividades da agricultura ou pecuária. A citada política pública, além de ser utilizada para a subsistência familiar, em muitos dos casos, é investida na atividade agropecuária, contribuindo, na manutenção, ampliação e melhoria da produção, seja para o autoconsumo ou para a produção destinada ao mercado.

Um dado muito impactante é o número de pensionistas rurais endividados ao acessarem os empréstimos consignados, sendo a maioria mulheres. Os empréstimos consignados são realizados, na maioria das vezes, para compra de alimentos e medicamentos. Porém, a renda mensal dos beneficiários acaba ficando reduzida.

Sobre a dimensão política, o direito ao benefício rural proporciona uma independência pessoal e social às mulheres, já que passam a ter o acesso a uma renda fixa, conquistando assim, a liberdade e autonomia.

Quanto a reforma da previdência (PEC 06/2019), caso a proposta tivesse sido aprovada, teria impactos negativos, relacionados a maior dificuldade de os agricultores familiares adquirirem o benefício rural, devido ao aumento da idade e do tempo de contribuição e do valor mínimo exigido anual. Os agricultores familiares estão envolvidos no trabalho desde criança e quando estão com idade próxima de conquistar o direito do benefício rural, alguns já estão com problemas de saúde. Além disso, a aprovação da PEC 06/2019 causaria uma recessão da economia do município analisado, visto que muitos estabelecimentos comerciais dependem dos recursos da previdência social rural.

Os benefícios da previdência social rural ocasionam impactos na cultura dos sujeitos, principalmente nos hábitos alimentares. Para alguns entrevistados, o direito ao benefício rural proporciona um maior poder de compra de alimentos no mercado. Já os demais entrevistados, ao conquistarem o direito a previdência social rural, diminuiram a produção destinada ao mercado e passaram a dedicar mais tempo e aplicar o recurso do benefício no cultivo de alimentos para o próprio consumo familiar e alimentos estes, produzidos sem o uso de agrotóxicos.

A dimensão natural/ambiental apresenta desafios porque apenas em uma das propriedades pesquisadas desenvolve-se a produção de forma agroecológica. Os demais beneficiários rurais que ainda estão envolvidos em atividades agrícolas cultivam os produtos para o mercado com o uso de agrotóxicos.

As perspectivas dos beneficiários rurais pesquisados são de continuidade no espaço rural e o recurso do benefício influencia nesta decisão porque proporciona renda e consequentemente a sobrevivência dos entrevistados e de suas famílias. Ainda, os referidos recursos oportunizam um maior contato com a natureza, a participação em atividades de lazer, melhorias da produção de alimentos para o consumo familiar e até mesmo para o mercado.

Por fim, a tendência é do envelhecimento da população, com isso, os idosos necessitam de maiores investimentos na área da saúde, proporcionando o acesso aos serviços de saúde. Além da previdência social rural, é indispensável políticas públicas valorizem e incentivem a produção de forma mais sustentável não apenas entre a população idosa, mas principalmente entre a juventude rural, ocasionado no futuro o desenvolvimento do território como um todo.

Referências

- ANDRADE, A. R. de; SCHMIDT, L. P. (2015) Metodologias de pesquisa em Geografia. *Repositório Unicentro*, Guarapuava/PR, p. 1-56.
- BARDIN, L. (2011) *Análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 276 p.
- BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. (2000) A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. *Texto para Discussão (IPEA)*, v. 759, p. 1-26.
- BITENCOURT, R. O. M.; DALTO, F. A. S. (2029) Envelhecimento Populacional e o impacto da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada nos municípios do Corede Litoral/RS. *Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 16, p. 117-138.
- BRASIL. (1971) *Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971*. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- _____. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.
- _____. (2019). Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 06/2019*. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- _____. (2019) *Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2021.
- _____. (2023) *Lei Nº 14.638, de 25 de julho de 2023*. Confere ao Município de Canguçu/RS, o título de Capital da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114638.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRUMER, A. (2002) Previdência social rural e gênero. *Sociologias* (UFRGS), Porto Alegre, v. 7, p. 50-81.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. (2008) Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA* (UNESP), v. 11, p. 1-12.
- CAMARERO, L. et al. (2009) *La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social*. Barcelona: Fundación La Caixa, Colección Estudios Sociales, n. 27.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. (2004) *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. 1º ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 24 p.
- CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (2016) *Previdência social rural: potencialidades e desafios*. Brasília, 36 p.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. (1999) O idoso e a previdência rural: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Brasília: IPEA, p. 1-23.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. (2000) *principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil* (Projeto avaliação socioeconômico da previdência social rural. Brasília: IPEA, p. 1-58.
- FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. (2009) In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular.
- GRISA, C. (2008) A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma análise a partir da teoria da sociedade de risco. *Varia scientia* (UNIOESTE), v. 08, p. 171-200.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017) *Censo agropecuário 2017*. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022) *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2023.
- GERARDI, L. H. de O.; SILVA, B. C. N. (1981) *Quantificação em Geografia*. São Paulo: DIFEL.

- NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. (2014) A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), v. 52, p. 9-24.
- ORTEGA, A. C. (2007) Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), v. 45, p. 275-300.
- PIRES, E. L. S. (2007). As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. 1 Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 55-82.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. (2005) O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. *Ensaio: FEE, Porto Alegre*, v. 26, n.1, p. 661-694.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (1993) *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56.
- SANTOS, M. (1999) O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-13.
- SANTOS, S. R; FERREIRA, J. B. (2019) *Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso Uberlandense*, Uberlândia, 2019. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia.
- SAQUET, M. A. (2005) A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, p. 13882-13894.
- _____. (2011) O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate* (UNICAMP), v. 19, p. 5-15.
- TROLEIS, A. L.; et al. (2015) A amostragem espacial por quadrícula: uma técnica aplicada para análise de estudos geográficos. *Revista do CERES*, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 191-195.
- VINUTO, J. (2014) A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 44, p. 203-220.
- WANDERLEY, M. de N. B. (1996) Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *ANAIS DO XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, Caxambu, p. 1-18.
- _____. (2004) Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61.
- WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. (2008) Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas. *CADERNO ESPAÇO FEMININO* (UFU), v. 20, p. 57-74.